

Frutos da politização da questão educacional

Há sete anos, as despesas de custeio e investimento de nossas universidades federais consumiam 45% do orçamento do Ministério da Educação. Hoje, segundo recentes declarações do titular dessa pasta, senador Hugo Napoleão, esse percentual já é de 80% — e, se esse ritmo de crescimento for mantido, em 1992 todos os recursos do MEC poderão estar comprometidos com a manutenção do ensino público superior federal, nada sobrando para o atendimento das necessidades do ensino básico e colegial.

Esse dado ilustra o lamentável estado em que se encontra a educação brasileira, que nem cumpre seu papel de fornecer os conhecimentos básicos às novas gerações nem executa sua função de formar as elites intelectuais, gerenciais e técnicas do País. Quando muito, nosso sistema educacional, especialmente os setores que se encontram sob responsabilidade do Estado, funciona como uma agência cartorial expedidora de diplomas com escassa credibilidade no mercado profissional, como uma gigantesca repartição pública minada pelo fisiologismo e pelo clientelismo dos políticos e dos governantes e como tribuna para o proselitismo ideológico dos inúmeros movimentos de docentes que, em nome de suas utopias totalitárias, substituíram o ensino e o aprendizado pela militância e pelo engajamento.

JORNAL DA TARDE

Se o ensino público superior federal hoje está moralmente degradado e funcionalmente deteriorado e se, mesmo assim, as instituições universitárias mantidas pela União continuam consumindo de modo voraz e predatório a maior parte dos recursos do MEC, não é difícil imaginar o preço que a Nação em breve terá de pagar, em termos do despreparo total de seus recursos humanos. Isto porque, além de desviar recursos preciosos do sistema educacional de 1º e 2º graus, o que é imoral e ilegítimo se levarmos em conta o fato de que somos um país estigmatizado por profundas contradições sócio-econômicas, o ensino público superior federal também está registrando um índice de produtividade científica escandalosamente baixo, situando-se bem atrás dos indicadores obtidos pelas demais grandes nações do Terceiro Mundo, como é o caso do México, da Índia e da Argentina.

Sem nenhum constrangimento, podemos comparar a produção científica e mesmo acadêmica das instituições universitárias federais com uma espécie de sucata do conhecimento. Qual a contribuição dessa produção "científica" e "acadêmica" para a correção dos desequilíbrios regionais, para o desenvolvimento tecnológico, para o progresso econômico e para a melhoria dos padrões de bem-estar das parcelas mais desfavorecidas da população? Nenhuma. No entanto, nossas universidades dispõem de um professor para cada 6,8 alunos — relação essa que se reduz para 4,7 se tomarmos em conta a frequência efetiva (uma vez que o movimento estudantil costuma considerar "autoritária" a obrigatoriedade de frequência diária às aulas). Nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, França e Itália, essa relação é, respectivamente, de um professor para cada 24 estudantes, de um para cada 20 e de um para cada 22.

Entre nós, porém, apesar dessa aparente "profusão" de professores por número de estudantes, nem o corpo docente nem o corpo discente das universidades federais têm sido capazes de produzir algo mais do que greves em função de reivindicações meramente corporativas, manifestos político-partidários e agitações justificadas em nome do "assembleísmo" e de "participacionismo democrático". Assim, a principal característica do ensino público superior federal é a perda do senso de disciplina funcional e de responsabilidade acadêmica. Uma prova disso é o fato de que nossos professores conseguiram obter, nos tempos em que o MEC era dirigido por um general, no governo Figueiredo, o direito à promoção por antiguidade, isto é, sem a necessidade de defesa de tese, de execução de pesquisas e de comprovação de competência.

Enquanto em alguns países desenvolvidos, como é o caso da Holanda, as dotações orçamentárias ao ensino superior estão sendo reduzidas em até 30%, com a finalidade de liberar recursos para a educação primária e secundária, de promover uma igualdade real de oportunidades através da educação básica, de estimular o amplo desenvolvimento dos talentos de todas as pessoas da sociedade e de melhorar as qualificações sociais de todos, independentemente de serem ou não portadores de diplomas universitários, entre nós as super-sindicalizadas universidades federais continuam teimando em produzir greves e ideologia em lugar de ciência e ensino, invocando a surrada tese de educação gratuita como instrumento de "justiça social". Se levarmos em consideração que nosso custo por aluno/ano é um dos mais altos do mundo, 3.830 dólares contra 931 no México, 1.664 na Itália e 3.370 na França, segundo dados da Unesco relativos a 1987, veremos que essa tese não passa de um verdadeiro estelionato moral. Isto porque é justamente a universidade pública, que treina apenas 30% da população universitária atual, que se caracteriza pela magnitude de seus custos, sem a devida contrapartida em termos de desempenho acadêmico e científico.

Se tivessem um mínimo de honestidade intelectual e integridade moral, os movimentos estudantis e as corporações docentes saberiam que, num país tão complexo e desigual como o nosso, o ensino superior não pode ser necessariamente gratuito e nem, muito menos, para todos, nem monopolizar as verbas oficiais em detrimento da educação fundamental. O que deveria ser efetivamente gratuito e o mais generalizado possível é, isto sim, a educação de 1º e 2º graus, sem a qual as novas gerações estão condenadas ao obscurantismo e à desigualdade gerada por um sistema educacional degradado e ilegítimo, que consome predatoriamente os recursos públicos, desperdiçando-os em instituições universitárias incapazes de cumprir suas funções básicas — como é o caso das universidades federais. Se tivéssemos uma educação básica gratuita e eficiente e um ensino superior pago em função do poder aquisitivo de cada aluno, com a concessão de bolsas para os mais carentes, dificilmente seríamos testemunhas, hoje, da injustiça inerente ao nosso sistema educacional — um sistema no qual as universidades públicas e gratuitas são privilégios dos mais favorecidos, uma vez que o fracasso da rede oficial de 1º e 2º graus praticamente condena os seus alunos a perder a competição do vestibular.

Se o novo ministro da Educação realmente estiver disposto a acabar com essa distorção ilegítima, que é a crescente monopolização das verbas de seu ministério pelas instituições universitárias federais, ele não tem outra alternativa a não ser pôr o dedo na ferida — isto é, enfrentar a questão do ensino pago nas universidades públicas e da reconstrução do ensino público básico gratuito. Caso contrário, ele estará assumindo o papel de simples homologador das decisões tomadas no interior de uma gigantesca máquina burocrática, que reproduz a si mesma em suas desigualdades e perversões, sem respeitar a quem quer que seja — principalmente os contribuintes.